

a autora interpor recurso competente para a

pre decidir.  
factos, com int

ado o contrato de  
mento n.º 2 junto  
é acordou com a  
da autora, numa  
a o porto de Lisb  
de semente de que  
nenos 5% à opor

ctuado pelo navio  
4.452.653S00, que

estabelece que qual  
submetido a arbitragem  
referida de acordo com  
undo a lei inglesa  
tes.  
u-se que não est  
al, o que, nesse asp

stão em causa  
e que, por isso, nã  
cional.

põe em jogo inter  
a definição do art

ode ter por objecto  
) ou litígios event  
ação jurídica cont  
missória).  
se de um transp  
tuguês e se per  
as tivessem comet  
staríamos em pres  
que então não hav

as partes comet  
eventuais emerg  
arbitrio, a efectua  
tuguês, contrato  
de comércio inter  
no estrangeiro, to  
aplicação das reg  
funcionamento do  
de Haia, contida  
cação de certas re  
embarque, datada  
ando em vigor no  
isto ainda a aplica  
(cfr. fls. 46 e 47).  
a resolução dos ev  
ace de circunstânc  
fls. 45). Não será  
mos em presença  
e, consequentem  
ipótese, a mercad  
dades francesas, p  
das as leis frances  
regada, e as part

agora a discutir se a ré, apesar de nesa  
o navio ter regressado a Portugal sem a carga  
se tivesse sido até confiscado), era responsável pelo  
de alguma quantia autora, ou se tivesse surgido  
outro litigio relacionado com a aplicação do direito  
até de qualquer das normas não portuguesas  
está prevista no contrato, não se duvidaria  
certo que a mencionada cláusula 17ª era uma  
cláusula de arbitragem internacional. A operação em  
não só à economia portuguesa, mas  
a economia francesa, por ser de França que a  
era exportada, com prováveis benefícios para  
economia, mesmo nas operações de carga do navio,  
essas que podiam ocasionar conflitos, que as  
aliás, previram no contrato a que os autos se

De resto, não se compreende que se afirme que o  
transporte de França para Portugal não tem carácter  
internacional (teria então o contrato de transporte carácter  
nacional?) ou que a operação em causa se mostra por  
inscrite na economia portuguesa, quando a  
fora exportada de França, com os inerentes  
benefícios daí resultantes, mesmo que se considerem  
as receitas provenientes da entrada do barco no  
(taxas portuárias) e das respectivas operações de  
armamento.

Estando assim em presença de arbitragem internacional,  
agora analisar se tal cláusula é nula, por remeter as  
do processo para um regulamento estrangeiro, com  
do disposto nos arts. 15ª e 38ª da Lei nº 31/86, de  
de Agosto, aplicáveis "ex vi" do art. 37ª, segundo alega  
agravante.

Primeiro, não é exacto que na convenção de arbitragem  
tenham remetido as regras do processo para um  
regulamento estrangeiro: o que diz aquela cláusula 17ª é  
que a decisão será proferida de acordo com as regras da  
Arbitral, ou seja, de harmonia com o processo que  
adoptado pelos árbitros, o que, de resto, é da competência  
destes, se as partes não tiverem acordado sobre as regras  
do processo (nº 3 do art. 15ª da Lei nº 31/86, de 29 de  
de Agosto).

Por outro lado, não é exacto que as regras do processo  
tenham de ser portuguesas: "pode", como diz o nº 2 daquele  
art. 15ª (não diz "deve"), ser adoptado um regulamento de  
arbitragem emanado de uma das entidades a que se  
reporta o art. 38ª, mas também pode ser adoptado qualquer  
outro. O nº 1 daquele art. 15ª não estabelece qualquer  
restrição quanto à escolha das regras de processo a  
reservar na arbitragem: pode ser um Código ou um regula-  
mento estrangeiro. É o art. 37ª daquela Lei limita-se a dizer  
que essa Lei se aplica às arbitragens que tenham lugar em  
território português, ou seja, nas arbitragens que tenham  
lugar em território português podem as partes acordar, sem  
restrições, sobre as regras de processo a observar na  
arbitragem e, se o não fizerem, caberá aos árbitros essa  
escolha, também sem quaisquer restrições.

Quanto à resolução pelo direito inglês dos litígios que  
surissem entre as partes, não há elementos para considerar  
que a aplicabilidade desse direito não corresponde a um  
interesse sério das partes e, de qualquer forma, o nº 1 do  
art. 33ª da Lei nº 31/86 é claríssimo: na arbitragem  
internacional as partes podem, sem nenhuma restrição,  
escolher o direito a aplicar pelos árbitros, se os não tiverem  
autorizado a julgar segundo a equidade. Logo, as partes  
podiam, como fizeram, escolher o direito inglês.

Alega ainda a agravante que não há fundamento para  
arbitragem, mas isso só poderá ser ou não decidido pelo  
tribunal competente, que é o Tribunal arbitral.

Improcedem, pois, todas as conclusões das alegações

da agravante.

Nestes termos, nega-se provimento ao recurso, com o  
mando-se, embora por fundamentos diversos, a decisão  
recorrida.

Custas pela agravante.

Lisboa, 24 de Janeiro de 1995

Ferreira Pascoai  
Cabanas Bento  
Araújo Cordeiro

Recurso nº 8690  
Comarca de Lisboa - Tribunal Marítimo

## CONCORRÊNCIA

— Âmbito do direito comunitário

— Cláusulas de exclusividade

— Fixação de preços

(Acórdão de 26 de Janeiro de 1995)

### SUMÁRIO:

- I — O direito comunitário rege relações jurídicas inseridas no comércio entre Estados Membros, não sendo invocável se todos os envolvidos - produtores, distribuidores e consumidores - se situam na ordem interna portuguesa.
- II — Violam o regime legal sobre concorrência constante do DL nº 422/83, de 3.12:
  - a cláusula pela qual o distribuidor se obriga a não vender outros produtos concorrentes na mesma área;
  - a cláusula pela qual o produtor se obriga a fornecer apenas ao distribuidor na mesma área;
  - a cláusula de que remete a fixação ou recomendação, directa ou indirecta, de preços.

J. A. M. R. C.

1. O Tribunal Cível da Comarca de Lisboa, conhecendo do recurso da decisão do Conselho de Concorrência proferida no processo de contra-ordenação nº 1/85 em que é arguida UNICER - União Cervejeira, E.P., decidiu revogar aquela decisão na parte em que faz referência aos "abonos de frete", mantendo o demais decidido.

4. Colhidos os vistos legais, cumpre apreciar e decidir.

4.1 Nas suas doudas alegações a apelante suscita e aprecia doutrinariamente, como questões processuais, a:

- ilegal constituição do órgão recorrido; e o
- desrespeito do princípio do contraditório.

Pois bem, segundo o art. 690º do C. P. Civil, "o recorrente deverá apresentar a sua alegação na qual concluirá pela indicação dos fundamentos porque pede a alteração ou anulação da decisão, e assim, são as conclusões das alegações de recurso que DELIMITAM o seu objecto", Ac. do STJ de 04.06.76, reportável a jurisprudência que se pode considerar pacífica.

que, ultrapassando academicamente e de forma conclusiva as questões, dispensou-se a apelante de formular conclusões. - Tem assim de haver-se por fundamentado o propósito apreciado e decidido na douda sentença em apreço.

5. De seguida, e na economia dos autos, cabe a apreciação da invocada omissão do conhecimento da institucionalidade da solução adoptada pelo Conselho da Concorrência.

Deriva ela, segundo a apelante, de o Regulamento (CEE) 1938 da Comissão, de 22.06.83, que se ocupa dos contratos de distribuição, ser de aplicação imediata em Portugal, com primado sobre a lei nacional, art. 189º do Tratado da C.E.E.; podendo, ao abrigo de tais normas, uma empresa estrangeira celebrar com um seu distribuidor em Portugal um contrato de distribuição em regime de exclusividade recíproca, ao vedar-se idêntica prática comercial a uma empresa portuguesa, está a cometer-se uma discriminação em função da nacionalidade, vedada pelo art. 13º-2 da Constituição da R. Portuguesa, aplicável às pessoas colectivas pelo seu art. 12º-2.

Pois bem, não se põe em causa a prevalência das normas de direito comunitário invocadas, sobre a ordem jurídica portuguesa.

Tais normas são "fonte imediata de direitos e obrigações para todos aqueles a quem dizem respeito, quer se trate de Estados membros, ou de particulares, em relações jurídicas submetidas ao direito comunitário", Tribunal das Comunidades Europeias, Ac. Simmenthal, de 03.78.

Sucede que o direito comunitário aprecia e julga relações jurídicas que lhe são submetidas, quando questionantes do comércio entre Estados membros.

O que não é o caso, pois que na sua análise, confina-se ele, apenas, à apelante e seus distribuidores, com naturais reflexos no outro produtor dominante e, óbvio, nos consumidores. Ou seja, tudo se queda na ordem interna portuguesa. - É posição assumida na douda sentença, com a qual se concorda, não se descortinando a invocada omissão de pronúncia.

6. Apreciando de seguida o fundo da causa, parece oportuno reter o afinal decidido, depois confirmado pela Instância, com exclusão dos abonos de frete, e que é o seguinte.

"Primeiro: Determinar à UNICER que, nos termos da alínea b) do número 1 do artigo 32º do Dec.-Lei nº 422/83 e no prazo de 90 dias, adopte as providências necessárias à alteração dos contratos relativos à distribuição dos produtos visados na presente decisão com vista à eliminação das cláusulas e práticas relacionadas com:

- fixação directa e indirecta de preços através, designadamente, da concessão de abonos de frete ou indicação de preços de venda ao retalhista;
- proibição imposta aos retalhistas de venderem produtos concorrentes daqueles que são objecto dos referidos contratos;

Segundo: Aceitar uma protecção Territorial e uma restrição da liberdade de venda e de acção de distribuidor, limitada à proibição de manutenção de sucursais, agências, armazéns ou outras instalações fixas fora da área geográfica visada pelo contrato.

Terceiro: A UNICER deverá nos 15 dias seguintes ao termo do prazo previsto no número primeiro, apresentar ao Conselho de Concorrência os modelos de contrato revistos em conformidade com a presente decisão e a identificação das empresas que com ela concluíram os referidos contratos.

Quarto: Nos termos do nº 3 do art. 32º do Dec.-Lei nº 422/83, de 3 de Dezembro, a UNICER fará publicar no

prazo máximo de trinta dias, a versão integral desta decisão na III série do Diário da República e a parte decisória em termos e conforme cópia que lhe serão comunicada.

7. Depreende-se, na sentença em recurso, valorado o seguinte matéria de facto.

7.1 A apelante partilha com outra empresa, que atua paritariamente e sem concorrência significativa entre elas, assim em posição dominante de ambas, o mercado nacional de cervejas.

7.2 Fê-lo num sistema de distribuição da cerveja que produz, na base de contratos escritos de agência, celebrados uns antes da entrada em vigor do Dec.-Lei nº 422/83, outros já na sua vigência.

7.3 Tais contratos enformavam-se fundamentalmente a) pela cláusula da exclusividade recíproca e delimitação geográfica, não nomearia outro agente além do contratante comprometendo-se este a não comercializar em tal zona outros produtos que não fossem os daquela. b) Podendo vender tais produtos a clientes de outras áreas, ficava-lhe vedado instalar, fora da área contratada, sucursais, armazéns, depósitos ou estabelecimentos do género. c) Impondo-lhe preços determinados, vinculava-o ainda a condições especiais de venda.

8. A valoração técnico-jurídica da matéria de facto que se deixa seriada, configura a correcção do decidido.

Assim, o DL nº 422/83, de 12/12, refere no seu relatório como finalidade actuante, a de "garantir aos consumidores uma escolha diversificada de bens e serviços nas melhores condições de qualidade e preço e a de estimular as empresas a racionalizar ao máximo a produção e distribuição dos bens e serviços e a adaptarem-se constantemente ao aspecto técnico e científico".

Na prossecução de tais objectivos, logo no seu art. 1º estatui que os fins últimos da concorrência no mercado nacional são:

- 1º Salvaguardar os interesses dos consumidores.
- 2º Garantir a liberdade de acesso ao mercado.
- 3º Favorecer a realização dos objectivos gerais de desenvolvimento económico e social.
- 4º Reforçar a competitividade dos agentes económicos, face à economia internacional.

A relação entre a apelante e seus distribuidores a que, impropriamente se chama agentes, colide, em eco significativo, com estes mencionados fins da concorrência.

Colide desde logo com tais princípios no que respeita à exclusividade geográfica da distribuição dos produtos da apelante: a nomeação exclusiva de um distribuidor desses produtos para determinada área, não podendo este vender nessa área, outros produtos concorrentes.

Complementando essa nomeação exclusiva com a recusa de vender a outro que não ao concessionário os seus produtos, temos um quadro claro de violação do disposto no art. 13º, b) e c) do DL nº 422/83 que interdita as práticas concorrenciais que, sob qualquer forma limitem ou controlem a produção ou distribuição dos bens e a repartição dos mercados ou fontes de abastecimento.

É certo que a dinâmica do mercado e a singularidade dos agentes económicos se casam mal com soluções rígidas e permanentes.

Dai que a própria lei acolha práticas justificativas de concorrência, se ordenadas para melhor produção e distribuição, desde que reservem aos utilizadores de tais bens uma parte equitativa dos benefícios daí resultantes e não excedam em absoluto a concorrência, art. 15º, nº 1 do DL nº 422/83. Foi na consideração deste princípio que na decisão do Conselho de Concorrência se aceitou a propugnada protecção territorial e a restrição à liberdade de

gral desta decisão decisória comunicador.

curso, valor.

empresa, que  
ficativa entre  
mercado naci

io da cerveja  
jência, celebra  
nº 422/83, ou

ndamentalme  
oca e delimita  
m do contrato  
lizar em tal z  
uela. b) Poder  
áreas, ficava  
sucursais, an  
nero. c) Impon  
nda a condiç

téria de facto  
to decidido.  
e no seu relac  
os consumidores  
ços nas melho  
ulares empres  
distribuição d  
istantemente

go no seu art  
cia no merca

nsumidores.  
mercado.  
ctivos gerais

ites económicos

tribuidores a que  
t, em eco sign  
incorrência.  
no que respec  
dos produtos  
tribuidor desse  
ndo este vend

clusiva com  
ncessionário  
de violação  
que interdita  
orma limitem  
nse a repartiç

a singularidade  
com solução

justificativas  
odução e distr  
es de tais ben  
sultantes e na  
15º, nº 1 do Di  
ncípio que n  
ceitou a prop  
à liberdade d

acção do distribuidor, limitada à proibição de manu-  
de sucursais, agências, armazéns ou outras insta-  
fixas, fora da área geográfica visada pelo contrato.  
quanto à fixação de preços, importa ponderar o seguinte:  
a) a apelante que a questão se mostra ultrapassada,  
vez que procedeu à alteração dos contratos de  
venda, por forma a conformá-los com a lei.

Esta saber se na realidade o fez, sobretudo se  
manterá a fazê-lo, pelo que a questão subsiste, até  
é adquirido dos autos que a apelante continuou a  
e para os seus distribuidores, além da tabela de preços de  
venda à porta da fábrica, também a de preços de venda no  
retalhista, dentro das áreas em que procede ela  
à distribuição dos seus produtos.

Ocorre desde logo salientar que, reconhecendo a própria  
injustificado este procedimento, a verdade é que  
os distribuidores se sentiam vinculados a esses preços por  
força do contrato.

Ora bem, preços praticáveis e conformes ao diploma  
em vigor, não são os sugeridos, induzidos por qualquer  
sistematizada técnica de procedimento, promoção ou  
publicidade, como pretende a apelante na leitura que faz do  
art. 4º do citado DL nº 422/83. Com efeito o art. 13º, nº 1, c)  
do mesmo diploma é claro: proíbe-se qualquer prática que tenha como  
objectivo ou efeito a fixação ou recomendação directa ou  
indirecta de preços. Assim, qualquer procedimento diferente,  
mas não é que subversão, diremos derrogação da liberdade  
de todo o agente económico deve ter de fixar livremente  
os seus próprios preços de venda.

A interdição de tal prática à apelante apresentava-se e  
apresenta-se, também, irrecusável, por força do disposto  
no art. 32º, nº 1 a) do citado diploma.

Configuráveis como práticas anticoncorrenciais, são  
ainda os "abonos de frete", prestados pela apelante aos  
distribuidores. Só que, excluídos da nota de ilicitude, não  
podiam afinal ser censurados pelas instâncias.

Na conformidade de todo o exposto e devidamente  
ponderado, acorda-se em denegar total provimento à  
apelação, confirmando-se a douda sentença.

Custas pela apelante.

Lisboa, 26 de Janeiro de 1995

Antunes Pina  
Campos de Oliveira  
Pires do Rio

Recurso nº 4223

Comarca de Lisboa - 4ª Juízo Cível

## ACIDENTES DE VIAÇÃO

- Contravenções
- Causalidade
- Desobediência a sinal luminoso ver-  
melho

(Acórdão de 26 de Janeiro de 1995)

- I — A violação duma regra legal de trânsito ou a  
desobediência a um sinal por parte dum condutor

ou dum peão quando concomitantes com um  
acidente de viação, não implicam automaticamen-  
te a existência de culpa desse condutor ou desse  
peão na produção do mesmo acidente; será para  
isso necessário demonstrar que aquela ou aque-  
las condutas contravencionais foram causa do  
sinistro ou para este evento contribuíram adequa-  
damente.

- II — A entrada de veículo ou peão em zona protegida  
por sinal luminoso vermelho, em desobediência  
a esse sinal, pode ser, por si só e sem necessidade  
da concorrência de qualquer outra circunstância,  
causa adequada de qualquer acidente ocorrido  
na dita zona.
- III — A morte provocada por pneumonia intercorrente  
e subsequente a intervenção cirúrgica sofrida  
pela vítima de acidente de viação, motivada esta  
intervenção pelas lesões causadas pelo acidente,  
deve, do ponto de vista causal, ser atribuída ao  
mesmo.
- IV — A al. h) do nº 2 do artº 7º do Código da Estrada de  
1954 só se aplica a passagens assinaladas para  
peões não protegidas por semáforos.
- V — Circulando o condutor de veículo interveniente  
em acidente, com uma taxa de alcoolémia de 3,20  
gramas de álcool por litro de sangue, tem de  
concluir-se necessariamente que o seu tempo de  
reacção à percepção de qualquer obstáculo na  
sua linha de marcha é muito maior do que o de um  
indivíduo não-alcoolizado ou levemente  
alcoholizado.
- VI — Assim e ainda que se prove que o dito condutor  
travou ao aperceber-se da presença dum peão a  
cortar-lhe a linha de marcha, tem de concluir-se  
necessariamente que o fez após um tempo de  
reacção muito maior do que o que levaria um  
indivíduo não-alcoolizado, atingindo pois a vítima  
a uma velocidade maior do que a que se verificaria  
se a reacção do condutor tivesse ocorrido em  
tempo normal.

J.N.A.V.

Ana Sofia Ferreira e outros vieram intentar pelo 12º  
Juízo Cível de Lisboa acção com processo sumário contra  
Paulo Simões e outra, pedindo a condenação solidária  
destes últimos a pagarem à Autora Ana Sofia a quantia  
global de dezanove milhões e quinhentos mil escudos e aos  
Autores Carlos Ferreira e mulher Matilde Firmina Ferreira a  
quantia global de três milhões e cem mil escudos, em  
ambos os casos a título de indemnização por danos patri-  
moniais e não-patrimoniais sofridos em consequência do  
falecimento de Luís Ferreira no seguimento de acidente de  
viação em que interveio um veículo automóvel conduzido  
pelo primeiro réu e seguro na segunda ré, a "Aliança  
Seguradora, SA", ambas as quantias acrescidas de juros  
de mora à taxa de quinze por cento desde a data da citação.

Citados os réus, vieram contestar, cada um *de per si*,  
alegando, em resumo, a ré seguradora que o acidente ocor-  
reu quando o sinal dos semáforos estava verde para o réu  
Simões e serem exageradas as verbas peticionadas, e o  
réu Simões que o acidente ocorreu por culpa exclusiva da  
vítima e que esta faleceu de broncopneumonia, causa esta